

## Cotação

- Dólar: R\$ 5,49
- Euro: R\$ 6,43



**COMUNICAÇÃO**  
**CARAGUATATUBA**  
GOVERNO MUNICIPAL  
TEMPO DE PROSPERIDADE

Sexta-feira • 27 de Junho de 2025

# CLIPPING

## Efemérides

Hoje	28 de Junho
<ul style="list-style-type: none"><li>• Dia das Micro, Pequenas e Médias Empresas</li><li>• Dia Nacional do Progresso</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Dia da Renovação Espiritual</li><li>• Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAPN+</li></ul>

## Agenda do dia

Hoje	28 de Junho
<ul style="list-style-type: none"><li>• 14h00: 2ª Reunião Ordinária de Prefeitos Aprecesp e Gestores de Turismo</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Sem agenda</li></ul>

## Veículos

Folha de São Paulo • O Estado de São Paulo • Tamoios News • Radar Litoral • Repórter Online Litoral • Fala Caragua • Litoral em Pauta • Band Vale • Jornal do Litoral •

## Índice

<b>Política.....</b>	<b>3</b>
Folha de São Paulo.....	3
Folha de São Paulo.....	4
Folha de São Paulo.....	5
Folha de São Paulo.....	6
O Estado de São Paulo.....	7
O Estado de São Paulo.....	8
O Estado de São Paulo.....	9
O Estado de São Paulo.....	10
<b>Cotidiano.....</b>	<b>11</b>
EDP abre inscrição para Escola de Eletricista em Caraguatatuba.....	12
EDP Abre Inscrições para Curso Gratuito de Eletricista em Caraguatatuba!.....	13
Museu de Arte e Cultura de Caraguatatuba abre três novas exposições na próxima terça 14	
“Circo de Roma – O Rei dos Circos” se apresenta no Serramar Shopping trazendo aventura e emoção para Caraguatatuba e região.....	15
Caraguatatuba conta com novo portal da PNAB no município.....	16
<b>Geral.....</b>	<b>17</b>
Polícia Federal deflagra operação para investigar esquema de fraudes bancárias em Caraguatatuba.....	17
Mais de 130 detentos do Vale não retornaram à prisão após saidinha do Corpus Christi... 18	
Mulher compra carro em concessionária e descobre que veículo era furtado.....	19
<b>Clipping Eletrônico.....</b>	<b>20</b>
Entrevista com a Vereadora, Cássia do PT, para a TV Câmara.....	20

## Política

## Folha de São Paulo

## STF amplia obrigações de big techs e determina remoção de conteúdo antidemocrático

Tribunal faz 11ª sessão sobre tema e, por 8 votos a 3, decide aumentar responsabilidade de plataformas antes de ordem judicial

Ana Pompeu

**BRASÍLIA** O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu ampliar as obrigações das plataformas de redes sociais para atuação no Brasil. A partir de agora, elas serão responsáveis civilmente caso não removam de forma pró-ativa, antes de determinação judicial, uma nova lista de conteúdos, incluindo antidemocráticos, discriminatórios ou de incitação a crimes.

A corte apresentou nesta quinta (26) a tese final do julgamento sobre o Marco Civil da Internet, após decidir, por 8 votos a 3, aumentar a responsabilização das big techs por conteúdos publicados por usuários.

A corrente majoritária entendeu que o texto em vigor hoje é insuficiente para proteger direitos fundamentais na internet.

Embora já houvesse maioria, foi preciso fazer um acordo em torno do texto, já que havia divergências entre os magistrados sobre sua amplitude, o momento e os casos em que as empresas devem ser responsabilizadas.

O colegiado se reuniu em um almoço que teve início antes das 13h e seguiu até as 16h30, quando a sessão do STF foi iniciada.

O debate foi em torno do artigo 19 do Marco Civil da Internet, em vigor desde 2014, que diz que as plataformas só deverão indenizar usuários ofendidos por postagens de terceiros se descumprirem ordem judicial de remoção.

Oito votaram pela ampliação das obrigações: os relatores Dias Toffoli e Luiz Fux, Luís Roberto Barroso, Cristiano Zanin, Flávio Dino, Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes e Cármen Lúcia.

André Mendonça, Edson Fachin e Kassio Nunes Marques votaram contra.

A corte definiu que as plataformas são responsáveis por remover conteúdos que configurem as práticas de crimes graves como condutas e atos antidemocráticos, crimes de terrorismo ou preparatórios de terrorismo, crimes de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a autotumulação, incitação à discriminação, crimes praticados contra a mulher, crimes sexuais contra pessoas vulneráveis, pornografia infantil e crimes graves contra crianças e adolescentes.

A decisão também incluiu a responsabilização dos provedores em caso de conteúdos ilícitos quando houver anúncios e impulsionamentos pagos ou com uso de robôs. Mas as plataformas ficarão isentas se comprovarem que atuaram em tempo razoável para tornar indisponível o conteúdo.

Em outro ponto, os ministros dedicaram um trecho da decisão



STF durante julgamento do Marco Civil da Internet Ton Molina/Divulgação STF

à presença de representante legal no Brasil de empresas que atuem no território nacional, e que deverá ser capaz de responder perante as esferas administrativa e judicial; prestar informações sobre seu funcionamento, regras e procedimentos para moderação de conteúdo e gestão das reclamações pelos sistemas internos, o perfilamento de usuários, a veiculação de publicidade e o impulsionamento remunerado de conteúdos, além de cumprir determinações judiciais.

A exceção ficou aos crimes contra a honra, porque nesses casos a retirada da exigência poderia comprometer a proteção à liberdade de expressão. Essas situações continuarão a exigir decisão judicial.

Essa regra também segue válida para aplicações de reuniões fechadas por vídeo ou voz, de mensagens instantâneas e de emails. Os marketplaces deverão observar as regras do Código de Defesa do Consumidor.

Os ministros vinham debatendo a ideia de falha sistêmica das plataformas. O conceito ficou definido como deixar de adotar medidas de prevenção ou remoção dos conteúdos ilícitos listados.

Mesmo nos casos para os quais segue valendo a regra do artigo 19, os ministros entendem que os provedores de redes sociais deverão remover publicações com conteúdos iguais aos que já tiveram decisões judiciais anteriores.

Os magistrados disseram ser preciso mecanismo para que conteúdos que já tiveram decisão judicial atestando teor criminoso não possam ser republicados.

O STF fez ainda um "apelo ao legislador". Apela-se ao Congresso Nacional para que seja elaborada legislação capaz de sanar as deficiências do atual regime quanto à proteção de direitos fundamentais", diz o trecho.

A Câmara dos Deputados travou em 2023 a tramitação do PL das Fake News.

Na abertura formal da sessão desta quinta, após o almoço em que os magistrados debateram o texto final, Kassio Nunes Marques disse fazer uma defesa da liberdade de expressão e afirmou que a solução para as questões postas não seria a prévia restrição a esse direito.

"Quando há dissenso de ideias que a garantia da liberdade de expressão se faz mais necessária. É justamente por meio desse livre debate de ideias que a sociedade tende a se desenvolver", disse.

Ele defendeu a manutenção da responsabilização das big techs apenas após ordem judicial. Ele aderiu, assim, à divergência da corte que é mais favorável às plataformas. A posição ficou vencida, juntamente com Mendonça e Fachin.

O voto de Kassio foi o último do caso, que já havia formado maioria pela ampliação das obrigações das big techs por conteúdos publicados por terceiros.

O ministro disse entender conveniente que o Congresso se debrace sobre a matéria. Desde o início da discussão, o presidente da corte, Luís Roberto Barroso, enfatizou que o Supremo estava discutindo os recursos porque o Parlamento não legislou.

"O tribunal aguardou por um período bastante razoável a sobrevida de legislação por parte do Legislativo e, não ocorrendo, chegou a hora de decidirmos esta matéria", disse, na primeira sessão sobre o caso.

Nesta quinta, o plenário fez a última de 11 sessões dedicadas ao tema. A primeira delas foi em novembro passado, quando os ministros ouviram as sustentações do caso. As duas primeiras sessões foram destinadas ao voto de um dos relatores Dias Toffoli.

## Folha de São Paulo

# Cid diz que advogados ligados a Bolsonaro tentaram convencer sua família a trocar de defesa

Ex-ajudante de ordens do ex-presidente relata que conversas ocorreram enquanto ele negociava acordo de colaboração premiada

César Feitoza

**BRASÍLIA** O tenente-coronel Mauro Cid disse à Polícia Federal que advogados ligados ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) tentaram convencer seus familiares a trocar sua defesa durante a investigação da trama golpista de 2022.

Segundo o militar, a ofensiva teria sido realizada pelos advogados Fabio Wajngarten, Paulo Cunha Bueno e Luiz Eduardo Kuntz a partir de agosto de 2023.

“Em uma das ligações com a esposa do declarante, Fabio Wajngarten tentou convencê-la a trocar os advogados que defendiam o declarante; que Fabio Wajngarten realizou várias ligações para a esposa do declarante”, diz o termo de depoimento de Cid.

As datas das conversas dos advogados com familiares de Cid coincidem com o momento em que ele fechou o acordo de colaboração premiada com a PF. O termo de colaboração foi assinado em 28 de agosto de 2023 — dia também do primeiro depoi-

mento de Cid aos investigadores.

À PF, Cid disse que não era próximo de Kuntz, advogado do réu Marcelo Câmara, e que se conheceram em 2023.

Cid disse que, após sua prisão em maio de 2023, Kuntz e Wajngarten fizeram constantes tentativas de contato com sua esposa Gabriela Ribeiro Cid e com uma de suas filhas menores de idade.

Cid disse que só percebeu que os advogados tentavam se aproximar de sua filha analisando o celular dela. “Kuntz utilizou como artifício para se aproximar de sua filha assuntos relacionados à atividade de hipismo”, por ela ser atleta de tal modalidade, disse.

Ele contou que Kuntz abordou Agnes Cid, sua mãe, pelo menos três vezes na Sociedade Hípica Paulista, em São Paulo. Em uma abordagem, o advogado Paulo Cunha Bueno — atual advogado de Bolsonaro — estava presente.

Cid disse que viu nas conversas que Kuntz e Wajngarten tentaram obter informações do acordo de colaboração”, para “inter-

ferir nas investigações”.

A defesa de Cid pediu à PF que investigue Kuntz e Wajngarten sobre possível tentativa de obstrução de investigação.

Apesar dos relatos sobre Paulo Bueno, a defesa de Cid não o incluiu na investigação.

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), determinou na quinta (25) que os três advogados sejam ouvidos pela PF.

Kuntz afirmou à **Folha** que “dada a indevida interpretação da minha atividade profissional, irei me manifestar nos autos, inclusive para preservar a menor”.

Wajngarten escreveu no X (ex-Twitter) que recebeu com tranquilidade a notícia de que terá de prestar depoimento à PF. “A criminalização da advocacia é a cortina de fumaça para tentar ocultar a expressa falta de voluntariedade do réu delator Mauro Cid e a consequente nulidade da colaboração”, completou.

Procurado, Paulo Bueno não se manifestou.

## Folha de São Paulo

# Rebelião do Congresso marca fim de trégua de Motta com governo Lula

Decretos foram derrubados por ampla adesão de partidos com 14 ministérios

**BRASÍLIA E SÃO PAULO** A robusta derrota aplicada ao governo Lula (PT) na noite desta quarta-feira (25) acabou de vez com a lua de mel entre o Palácio do Planalto e o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), assim como explicitou a lista de reclamações de partidos considerados aliados com a gestão petista.

Principal condutor da rebelião, Motta é filiado ao Republicanos, partido do presidenciável Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo, e apadrinhado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Motta nega mal-estar do comando da Câmara com o governo.

Segundo parlamentares, as motivações das reclamações com a gestão Lula vão do atraso na liberação de dinheiro para emendas à suposta aliança entre governo e STF (Supremo Tribunal Federal) contra essas verbas.

Pesa ainda o discurso de petistas e governistas de que o Congresso será o responsável pelo aumento do valor da conta de luz.

A dobradinha de Motta com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), foi vista como pedido claro do senador da demissão do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD) —fruto de desentendimento que se arrasta há meses.

Um líder da Câmara disse, sob reserva, que a briga de Alcolum-

bre com Silveira foi citada por Motta como um dos motivos de insatisfação do Senado.

Na sessão, Alcolumbre fez longo discurso sobre os "jabutis" que devem beneficiar empresários do setor elétrico e aumentar a conta de luz. Disse que repudiava "com veemência os ataques levianos e injustos que o Congresso" estaria sofrendo desde a sessão de vetos, no último dia 17, e que havia "demagogia e desinformação".

Até parlamentares da base acusam Silveira de não agir para impedir que os vetos de Lula — que evitariam o aumento da conta de luz — fossem mantidos.

Após a repercussão negativa para os parlamentares, Alcolumbre reclamou a senadores mais próximos que o Congresso estava levando a culpa sozinho, e o governo saía com a imagem de salvador, ao articular uma MP (medida provisória) para tentar reduzir o impacto na conta.

Parlamentares dizem que Alcolumbre chancelou a inclusão do projeto de decreto legislativo do IOF na pauta da Câmara ao se comprometer com a aprovação imediata no Senado.

Motta anunciou a votação que derrubaria os decretos em rede social, às 23h35 da terça (24), pegando até a oposição de surpresa.

Além de não avisar com antecedência, também não atendeu a



O presidente da Câmara, Hugo Motta, em sessão que sustentou aumento do IOF. Pedro Ladeira - 25.jun.25/Folhapress

## 383

dos 513 deputados federais votaram pela derrubada do decreto do governo que aumentava a alíquota do IOF

## R\$ 1,72 bilhão

foi liberado pelo governo para emendas parlamentares na véspera da votação do decreto do IOF

pedidos de conversas de líderes partidários, da articuladora política do governo, ministra Gleisi Hoffmann (PT), e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT).

A derrota de Lula na Câmara teve adesão quase total de União Brasil, PP, Republicanos e MDB, além da maior parte de PSD, PDT e PSB. Ao todo, essas siglas controlam 14 ministérios. Foram 383 votos para derrubar o decreto do presidente e 98 contrários.

Alcolumbre pautou a derrubada dos decretos minutos após a decisão da Câmara, sob protestos do governo de que estaria quebrando acordo. A aprovação

foi simbólica, ou seja, sem registro nominal dos votos.

Lula deve conversar com os dois presidentes do Legislativo, segundo interlocutores. A intenção foi verbalizada pelo líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), durante a votação. Alcolumbre ouviu, mas encerrou a sessão dizendo que a "demonstração" do Congresso vinha dos mesmos que ajudam o governo há dois anos e meio — o que foi visto como um gesto conciliador.

No centrão, o discurso é o de que o cronograma da liberação de emendas está muito atrasado e põe prefeituras pelo país em situação de colapso, mesmo com o governo tendo dobrando em apenas um dia o montante liberadas no ano — de R\$ 898 mi para R\$ 1,72 bi nesta terça.

Pela primeira vez, governistas criticaram abertamente Motta, com quem tinham uma espécie de lua de mel desde sua eleição para o comando da Câmara.

O líder da bancada do PT, Lindbergh Farias (RJ), disse que a atitude de Motta foi um "erro grave" e uma "provocação infantil".

Líderes da base de Lula também disseram considerar que Motta errou na condução do caso, principalmente ao não avisar com antecedência à ministra da articulação de Lula — Gleisi foi uma das primeiras petistas a apoiar a candidatura de Motta à presidência da Câmara, em 2024.

Governistas disseram ver influência do senador Ciro Nogueira (PP-PI), presidente do PP e ex-ministro da Casa Civil no governo Bolsonaro, nas decisões de Motta. Marianna Holanda, Fernanda Brigatti, Ranier Bragon, Raphael Di Cunto, Thaisa Oliveira e Victoria Azevedo. Leia mais na pág. A13

## Folha de São Paulo



Evento com governador Tarcísio de Freitas, com poucas cadeiras ocupadas, em ginásio de Lagoinha (SP) Allison Sales/Folhapress

## Tarcísio dribla agenda de Lula, viaja às pressas e inaugura praça no interior

Após recusar convite para evento com presidente na capital paulista, governador entrega obra em Lagoinha (SP), cidade de 5.000 habitantes, e evita imprensa

Bruno Ribeiro

**LAGOINHA (SP)** O compromisso que o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) usou como justificativa para faltar ao evento do presidente Lula (PT), nesta quinta-feira (26), em São Paulo, foi a inauguração de uma praça em Lagoinha, cidade de cerca de 5.000 habitantes a 201 km da capital paulista.

A praça é um mirante com um deque de madeira de cerca de 150 metros quadrados, ao lado do ginásio do município. Batizada de Geraldo Antônio de Souza, ela custou R\$ 300 mil, segundo informações da prefeitura, dos quais R\$ 230 mil vieram do governo — 0,0015% dos investimentos feitos pelo estado no ano passado.

De acordo com o prefeito de Lagoinha, Zeca Correa (PL), o evento foi organizado às pressas. Segundo contou à Folha, ele recebeu uma sondagem sobre a possibilidade de receber Tarcísio na segunda (23), mas a confirmação de que a agenda estava mantida só foi feita na véspera (25).

Zeca afirmou que a obra havia sido feita no fim do ano passado. Segundo o governo, contudo,

uma vitória feita em março deste ano indicou que o espaço precisava de ajustes, que só foram concluídos na semana passada.

Correa passou o começo da semana convidando prefeitos das cidades vizinhas para o evento e determinou que as crianças da escola municipal da cidade estivessem presentes no ato político, de modo a lotar o ginásio municipal da cidade na hora do discurso de Tarcísio.

O governo do estado disse que não foi responsável pela mobilização das crianças.

O prefeito é do grupo político do presidente da Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo), André do Prado (PL), um dos principais apoiadores políticos de Tarcísio, e do presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto.

Em março, ele teve o mandato cassado pela Justiça Eleitoral, acusado de se promover com recursos públicos na feira agropecuária da cidade, a Expolag, mas recorreu e se mantém no cargo.

Tarcísio havia lançado um programa para pequenas obras em cidades do interior em novembro do ano passado. O mirante de Lagoinha foi construído por

**R\$ 230 mil**

foi o investimento feito pelo Governo de São Paulo para construção de praça na cidade de Lagoinha

**20**

prefeitos da região foram à inauguração da praça, marcada às pressas pela gestão Tarcísio

meio de um convênio firmado a partir desse programa.

Ao chegar ao evento, Tarcísio plantou duas mudas de árvores na frente do novo mirante, em uma ação para destacar o caráter sustentável do programa. Segundo o prefeito, as mudas foram compradas pela prefeitura.

O ginásio que abrigou o palco onde o governador discursou teve sua quadra preenchida com cadeiras plásticas. Tarcísio, os cerca de 20 prefeitos convidados para o ato e alguns assessores ficaram no palco. Nas duas primeiras fileiras, assessores dos prefeitos e outros convidados e, nas 14 fileiras seguintes, as crianças.

Antes de o evento começar, o governador assistiu a uma apresentação de dança, a um coral e à leitura de um poema feita por um dos estudantes.

O coral que se apresentou, da escola municipal Alceu Coelho, tinha originalmente 30 crianças e havia ensaiado uma peça musical para o Dia do Meio Ambiente (5 de junho), mas apenas oito se apresentaram a Tarcísio — como a convocação para a apresentação foi na quarta, apenas as famílias de oito dos alunos, do horá-

rio da manhã, conseguiram se organizar para estarem presentes.

Tarcísio focou seu discurso em agradecer a presença dos 20 prefeitos e prometeu atender demandas dos gestores locais, em especial obras rodoviárias.

Ele anunciou também uma autorização para liberação de subsídios para a construção de 1.673 unidades habitacionais.

Embora uma série de veículos de comunicação da região estivessem presentes, ele optou por sair pela porta dos fundos do ginásio. Tarcísio disse à Folha que não responderia perguntas, e um dos policiais que fazem sua segurança usou o corpo para evitar que a reportagem se aproximasse.

Dentre as promessas do programa para a região está a transformação de uma rodoviária, que fica no mesmo terreno do centro esportivo e da nova praça, em um restaurante privado, por meio de uma parceria com o poder público, que também terá apoio financeiro do governo — os valores do projeto não foram divulgados.

A rodoviária é uma obra do governo do estado, concluída em 2013, mas que nunca foi usada.

As equipes de Lula e Tarcísio vinham negociando uma agenda pública conjunta para tratar da doação de moradias a habitantes da favela do Moinho, na capital. As famílias do local, cujo terreno é federal, estão sendo removidas pelo governo paulista.

Tarcísio e Lula já tiveram agendas conjuntas. As demonstrações mútuas de simpatia, em especial em um evento no porto de Santos, em fevereiro do ano passado, levaram bolsonaristas a criticarem o governador paulista.

O evento no Moinho estava previsto pela equipe do governo federal para ocorrer na parte da manhã. Tarcísio, contudo, afirmou que havia marcado entregas de moradias em São Bernardo do Campo, berço político de Lula, no mesmo horário.

A equipe do petista, então, alterou o horário da agenda para a tarde. A equipe do bolsonarista, por sua vez, afirmou que Tarcísio tinha compromisso em Lagoinha.

Na parte da manhã, em São Bernardo, Tarcísio disse que o importante era que ambos estavam trabalhando. "Nosso objetivo, sinceramente, não é fazer evento", afirmou.

Leia mais na pág. A34

## O Estado de São Paulo

### Lula une PT, reedita discurso de pobres x ricos e vê 'vitória' nas redes contra o Congresso

O presidente Lula, os ministros do PT e a cúpula do partido não vão baixar o tom contra o Congresso Nacional. Um dia depois de Câmara e Senado derrubarem o aumento do IOF, a avaliação predominante entre seus aliados fiéis foi de que, apesar da derrota na pauta, o governo venceu o debate público nas redes sociais com o discurso de pobres x ricos. E a ordem é aumentar essa polarização. Petistas lançaram pelo menos três hashtags sobre o tema nos últimos dias: Ricos paguem a conta; Congresso inimigo do povo e Haddad tem razão. Esta última é referência à entrevista do ministro da Fazenda à TV Record. No trecho que viralizou, Fernando Haddad questiona “aumento da carga tributária para quem?” e diz que o governo faz justiça social.

● **REPETECO.** Haddad postou o corte nas próprias redes por dois dias seguidos, só mudou o título. “Justiça para o bolso de todos” e, depois, “pobre no orçamento e rico no imposto de renda”.

● **HARMONIA.** Com essa polarização de classes, Lula conseguiu unir os discursos dos ministros Fernando Haddad e Gleisi Hoffmann (das Relações Institucionais), deputados e senadores com a própria fala. O descompasso com o Congresso, entretanto, está tão grande que os presidentes da Câmara e do Senado souberam de suposta reunião com Lula via imprensa. Mas não receberam convite.

● **ÂNIMO.** Desde o início deste ano, marcado por crises nas redes para o governo – especialmente as do PIX e dos descontos ilegais do INSS –, este foi o 1.º episódio em que os petistas avaliam que o governo conseguiu pautar a discussão e engajar de forma positiva.

● **EXTRAOFICIAL.** O Planalto prepara mais uma campanha publicitária para tentar reverter a queda de popularidade, focando a pauta econômica. Desta vez, o foco será o aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda. Mas interlocutores palacianos dizem que nessa peça não haverá menção direta a briga de classes.

● **TUDO CERTO.** A Justiça de São Paulo manteve o arquivamento de um inquérito contra dois policiais militares pela morte de um homem em Santos, durante a Operação Verão, em 2024. Parte do episódio não foi registrada pelas câmeras corporais. A conclusão do processo foi que os PMs agiram em legítima defesa. A Justiça encerrou o caso no dia 10.

● **PONTO FINAL.** “A conclusão pelo arquivamento do feito foi atingida após minucioso e detalhado exame da prova amealhada, sendo irretocável a confirmação da presença da excludente de ilicitude”, diz o texto.

## O Estado de São Paulo

Redes sociais

# STF firma tese e amplia a obrigação de big techs por conteúdos publicados

— Artigo 19 do Marco Civil da Internet é revisto; empresas respondem por ilícitos penais; em crimes contra a honra, decisão mantém necessidade de ordem judicial para a remoção

RAYSSA MOTTA

O Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu ontem o julgamento que amplia as obrigações das big techs pelo conteúdo publicado por usuários na internet. Após 12 sessões, os ministros estabeleceram os critérios para punir as plataformas pelo que for considerado falha na moderação de conteúdo e fizeram um apelo para o Congresso regulamentar as redes sociais.

Por 8 votos a 3, os ministros decidiram que o artigo 19 do Marco Civil da Internet – que isenta as plataformas de responsabilidade por publicações de terceiros, exceto no caso de descumprimento de decisões judiciais para remover conteúdos – é parcialmente inconstitucional porque não prevê exceções para a punição das empresas de tecnologia. Foi necessário um acordo sobre a decisão da maioria, já que havia divergências em relação à amplitude da responsabilização das companhias.

Os ministros se reuniram em um almoço no gabinete da presidência do Supremo para chegar à chamada “tese de repercussão geral”, o que só ocorreu após cerca de quatro horas de debates a portas fechadas.

**‘INDEFINIÇÃO’.** “O tribunal esperou, e por alguns anos, que houvesse o procedimento legislativo do Congresso Nacional, mas nós não temos a faculdade de deixarmos de julgar alguma questão pela ausência indefinida de lei”, afirmou o ministro Luís Roberto Barroso, presidente do STF, ao anunciar a decisão da Corte.

Ficou definido, como regra geral, que as empresas respondem por crimes ou atos ilícitos e por contas falsas se não removerem esses conteúdos após notificação privada (extrajudicial). Com a decisão, a responsabilidade dessas empresas por publicações ilegais começa a partir do momento em que forem notificadas pelos próprios usuários, e não a partir do momento em que descumprirem decisões judiciais de remoção dos conteúdos, como prevê o artigo 19 do Marco Civil da Internet.

Nos casos de crimes contra a honra (injúria, calúnia e difamação), permanece a siste-



Sessão plenária do STF, em Brasília; Supremo decidiu ampliar as obrigações das plataformas por conteúdos publicados por usuários

## Responsabilidade

### As 4 obrigações das big techs definidas pela Corte

- Notificação**  
 Responsabilidade após notificação privada (extrajudicial): publicações criminosas, ilícitas e contas inautênticas
- Ordem judicial**  
 Responsabilidade após ordem judicial: crimes contra a honra (injúria, calúnia e difamação)
- Automática**  
 Responsabilidade automática: anúncios e impulsionamentos pagos ou redes artificiais de distribuição (robôs)
- Dever de cuidado**  
 Algoritmos devem ser programados para impedir a circulação massiva de publicações que configurem crimes “graves”

mática atual, de obrigação de remoção apenas por ordem judicial. No entanto, as plataformas terão o dever de impedir a replicação das mesmas ofensas em outras publicações, independentemente de novas decisões da Justiça.

Para serviços de mensageria privada, como WhatsApp e Telegram, provedores de e-mail e plataformas privadas de reunião, a exemplo do Zoom e do Google Meets, também continua valendo o sistema atual do artigo 19 do Marco Civil.

**IMPULSIONAMENTOS.** Quando se tratar de anúncios ou impulsionamentos pagos, a responsabilidade das plataformas será presumida, ou seja, as empresas responderão automaticamente pelas publicações que recebem para divulgar, independentemente de notificação ou de ordem judicial. Nesses casos, as empresas só serão isentas se comprovarem que “atuaram diligentemente e em tempo razoável” para excluir conteúdos considerados irregulares.

Já os marketplaces – plataformas online que reúnem diversos vendedores – respondem de acordo com o Código de Defesa do Consumidor. Os critérios foram consolidados na tese de repercussão geral, que funciona como uma orientação para ser aplicada nacionalmente pelo Judiciário – va-

lendo para todos os tribunais – no julgamento de processos sobre o mesmo tema.

Nas situações contrárias, em que houver ordem judicial para restabelecer uma publicação ou perfil, as empresas não poderão ser condenadas a indenizar os usuários, segundo a decisão.

**CENSURA PRÉVIA.** As plataformas projetam que as mudanças criarão incentivos à remoção automática de publicações controversas e, em última

**“Produzimos uma solução bem equilibrada e moderada dentro das circunstâncias de um tema que é divisivo em todo o mundo”**  
**Luís Roberto Barroso**  
 Presidente do STF

instância, à censura prévia nas redes sociais. Barroso defendeu que o STF preservou, na maior extensão possível, a liberdade de expressão, “sem permitir que o mundo desabe num abismo de incivildade, legitimando discursos de ódio ou crimes indiscriminadamente praticados na rede”.

“Produzimos uma solução bem equilibrada e moderada dentro das circunstâncias de um tema que é divisivo em to-

do mundo”, afirmou o ministro, ao encerrar a sessão.

Por causa da necessidade de se chegar a um acordo, a sessão plenária de ontem teve início às 16h30, com duas horas de atraso. O STF entra de recesso na próxima semana e os ministros se esforçaram para fechar a questão antes das férias coletivas.

A maioria do Supremo entendeu no julgamento que houve uma “desconstitucionalização” do texto, ou seja, a norma era adequada no momento em que foi aprovada, em 2004, mas, no estágio atual das redes sociais, não é mais suficiente para resguardar os usuários no ambiente virtual em um contexto de escalada de casos de violência digital, como cyberbullying, stalking, fraudes, golpes, discurso de ódio e fake news.

**‘OMISSÃO’.** “Há um estado de omissão parcial que decorre do fato de que a regra geral não confere proteção suficiente a bens jurídicos constitucionais de alta relevância, proteção de direitos fundamentais e da democracia”, afirma a tese definida ontem pelos magistrados.

Ficaram vencidos no julgamento os ministros André Mendonça, Edson Fachin e Kassio Nunes Marques. Em seus votos, eles defenderam a tese de que o tema deveria ser regulamentado pelo Congresso, e não pelo Judiciário. ●

## O Estado de São Paulo

## Redes sociais

# Decisão define exclusão de condutas antidemocráticas

*Tese lista publicações criminosas que devem ser removidas de imediato sem necessidade de notificação de usuários ou autorização judicial*

Na conclusão do julgamento que decidiu por ampliar as obrigações das plataformas de redes sociais, o Supremo Tribunal Federal definiu um rol de publicações “graves” que devem ser prontamente excluídas pelas empresas, sem necessidade de notificação dos usuários nem de decisão judicial. Nesses casos excepcionais, as chamadas big techs devem monitorar e agir por conta própria para impedir a circulação de publicações criminosas, sob pena de responsabilização.

A punição só é possível se ficar comprovado que houve “falhas sistêmicas” na moderação de conteúdo, ou seja, publicações isoladas não são suficientes para levar a uma puni-



**Empresas devem ainda manter representantes no País, definiu Corte**

ção das empresas.

O rol de condutas graves definido pelo STF é composto por: condutas e atos antidemocráticos previstos no Código Penal; terrorismo ou preparatórios de terrorismo; induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação; incitação à dis-

criminação em razão de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, sexualidade ou identidade de gênero; condutas homofóbicas e transfóbicas; crimes praticados contra a mulher, em razão da condição do sexo feminino, inclusive conteúdos que propagam ódio

às mulheres; crimes sexuais contra pessoas vulneráveis, pornografia infantil e crimes graves contra crianças e adolescentes; e tráfico de pessoas.

**REPRESENTANTE LEGAL.** Os ministros do Supremo também estabeleceram uma série de obrigações para serem cumpridas pelas plataformas e provedores. Entre elas está a exigência de manter sede e representantes legais no Brasil para responder nas esferas administrativas e judicial.

Esse é um ponto que vinha gerando disputa entre as big techs e o STF e o que levou ao bloqueio temporário do Telegram e do X, que resistiam a indicar representantes no País. Segundo a decisão, os representantes devem ter plenos poderes para prestar informações às autoridades competentes sobre funcionamento das plataformas e provedores, sobre regras de moderação de conteúdo, publicidade e impulsionamento e sobre procedimentos internos.

Também devem “responder e cumprir determinações judiciais e eventuais penalizações, multas e afetações financeiras”, especialmente se houver descumprimento de obrigações legais e judiciais. O STF também definiu que as empre-

## O Estado de São Paulo

## Eventos diferentes

# Em São Paulo, Lula critica Tarcísio; governador rebate

*Petista assina programa conjunto com Estado; em outra agenda, chefe do Executivo paulista diz que seu objetivo 'não é fazer evento'*

Em evento na capital paulista para o lançamento de um programa habitacional em parceria entre os governos federal e do Estado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fez críticas ao governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e reclamou da ausência do chefe do Executivo paulista no ato, que participava de outra agenda, em São Bernardo do Campo. Questionado sobre o tema, Tarcísio foi irônico.

“O governador foi convidado para vir aqui. Se ele não veio aqui, parece que ele tem um compromisso em São Bernardo, mas ele foi convidado. Todo lugar que eu vou convido o governador. Só quero que vocês saibam: agora vocês estão sob os cuidados do governo federal e vamos respeitar vocês”, afirmou Lula na Favela do Moinho, onde assinou portarias que permitem a compra assistida de moradias pelas cerca de 900 famílias residentes.



TABA BENEDICTO/ESTADÃO

**Lula na Favela do Moinho: 'Governador foi convidado para vir aqui'**

“Estou muito tranquilo com isso. O presidente vai fazer o evento dele lá, está tudo certo, e nós vamos continuar trabalhando”, disse o governador, em São Bernardo. “Nosso objetivo, sinceramente, não é fazer evento, é fazer entrega.”

A ausência do governador já era esperada. Tanto Tarcísio quanto o petista fizeram publicações em redes sociais abordando a transformação da Favela do Moinho, onde moradores e policiais já entraram em confronto em tentativas de desocupação da área. Lula citou a atuação do governo como tentativa de “enxotar” as famílias. ● ZECA

FERREIRA e FELLIPE GUALBERTO

## Cotidiano

**Veículo**  
Tamoios News  
Radar Litoral  
Repórter Online Litoral



### EDP abre inscrição para Escola de Eletricista em Caraguatatuba

*A EDP, distribuidora de energia elétrica que atende o Litoral Norte de São Paulo, está com inscrições abertas até dia 7 de julho para o curso gratuito de formação em eletricista de redes de distribuição de energia, que acontece na cidade de Caraguatatuba.*

Leia a matéria completa [aqui](#).

**Veículo**  
Denuncie Aqui



**CURSO  
GRATUITO**  
EDP ABRE INSCRIÇÕES PARA CURSO  
DE ELETRICISTA EM CARAGUATATUBA!

**DENUNCIEAQUI**

## EDP Abre Inscrições para Curso Gratuito de Eletricista em Caraguatatuba!

*Caraguatatuba, 25 de junho de 2025 - A EDP, em parceria com o SENAI, oferece 16 vagas para o curso gratuito de Escola de Eletricistas em Caraguatatuba. Inscrições até 7 de julho!*

Leia a matéria completa [aqui](#).

**Veículo**  
Fala Caragua



## Museu de Arte e Cultura de Caraguatatuba abre três novas exposições na próxima terça

*Museu de Arte e Cultura de Caraguatatuba, por meio do projeto MM Macc Museu Vivo, com fomento do ProAC e da Lei Aldir Blanc (PNAB), apresenta a partir da próxima terça-feira (1º/7), três novas exposições: “Além do Olhar”, “Transformar – Alice Dolfini” e “José Moraes, o artista e seu ateliê”. A abertura será às 19h, é aberta ao público e gratuita.*

Leia a matéria completa [aqui](#).

**Veículo**  
Fala Caragua  
Litoral em Pauta



## “Circo de Roma – O Rei dos Circos” se apresenta no Serramar Shopping trazendo aventura e emoção para Caraguatatuba e região

*Nos próximos dias, Caraguá vai receber o “Circo de Roma – O Rei dos Circos” para uma curta temporada imperdível no Serramar. Com apresentações repletas de alegria, fantasias, encantos e figurinos deslumbrantes, o espetáculo circense promete causar admiração aos visitantes com um show vibrante. A fusão entre a magia do circo tradicional, a presença de dinossauros e personagens cria uma experiência única e envolvente.*

Leia a matéria completa [aqui](#).

**Veículo**  
Fala Caragua**Caraguatatuba conta com novo portal da PNAB no município**

*O Governo Municipal, por meio da Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba (Fundacc), lançou o site oficial da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB) no município. A plataforma, disponível no endereço <https://sites.google.com/view/pnabcaraaguatatuba> tem como objetivo centralizar as informações sobre os editais, etapas de execução, prestação de contas e materiais de apoio aos proponentes contemplados pela política.*

Leia a matéria completa [aqui](#).

## Geral

**Veículo**  
Tamoios News



### Polícia Federal deflagra operação para investigar esquema de fraudes bancárias em Caraguatatuba

*A Polícia Federal deflagrou nesta semana a Operação Codinome 2 em combate aos crimes de associação criminosa e estelionato praticados em detrimento da Caixa Econômica Federal. Na ação, foram cumpridos três mandados de busca e apreensão, expedidos pela Justiça Federal em Taubaté/SP, nas cidades de Caraguatatuba/SP e Ilha Comprida/SP.*

Leia a matéria completa [aqui](#).

**Veículo**  
Band Vale



## Mais de 130 detentos do Vale não retornaram à prisão após saidinha do Corpus Christi

*Após a saidinha temporária concedida no feriado prolongado de Corpus Christi, 131 detentos não retornaram aos presídios do Vale do Paraíba e são considerados foragidos.*

Leia a matéria completa [aqui](#).

**Veículo**  
Jornal do Litoral



## Mulher compra carro em concessionária e descobre que veículo era furtado

*Um carro com registro de furto foi apreendido na tarde desta terça-feira (24), no bairro Martim de Sá, em Caraguatatuba, após ser identificado pelas câmeras de monitoramento da cidade. A ação foi conduzida pela Guarda Civil Municipal, que interceptou o veículo depois de alerta emitido pelo sistema do Centro de Operações Integradas (COI).*

Leia a matéria completa [aqui](#).

## Clipping Eletrônico

19.05.2025

Entrevista com a Vereadora, Cássia do PT, para a TV Câmara.

Pauta: Vereadores expressam importância da Apae de Caraguatatuba em jantar de 48 anos.



Assista a reportagem completa [aqui](#).